



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do Edital

CAPÍTULO I. DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada para fornecimento de Certificado Digital A3 (36 meses) para token para pessoa física e Token (mídia criptográfica).
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DA JUSTIFICATIVA

1. O TRE/MS possui aplicações que necessitam do uso de certificado digital, muitos já estão vencidos aguardando renovação.
2. A Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação (AGTI) do TRE-MS será responsável pela geração de *voucher* para emissão de certificados digitais e distribuição dos tokens.

CAPÍTULO III. DA ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos serviços e materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e valores máximos admitidos pelo TRE/MS estão indicados abaixo
 - 1.1 Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

ITEM 1 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO CERTIFICADO DIGITAL A3 (36 MESES) PARA TOKEN PARA PESSOA FÍSICA	
1.1	Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, compatível com a AC-JUS, com prazo de validade de 3 (três) anos.
1.2	Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações.
1.3	Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil.
1.4	Ser instalado em <i>Tokens</i> Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
1.5	O presente item engloba o respectivo serviço de autoridade de registro.
1.6	O serviço deverá ser ofertado/prestado em Campo Grande/MS.

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA SOBRE O VALOR TOTAL
UNIDADE	200	R\$ 223,37	R\$ 44.674,00	R\$ 10,00

ITEM 2 - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO TOKEN	
2.1	Fazer parte da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;

2.2	Total compatibilidade com os certificados digitais A3;
2.3	Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);
2.4	Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura;
2.5	Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 64 Kbytes;
2.6	Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.
2.7	Possuir carcaça resistente à água e à violação;
2.8	Compatibilidade e disponibilização de drivers para pleno uso nas plataformas Microsoft Windows7 ou superior, linux e Mac OS;
2.9	Permitir a criação de senha de acesso ao dispositivo de no mínimo 06 (seis) caracteres, ou de acordo com os critérios do Tribunal;
2.10	Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
2.11	Permitir a geração de chaves, protegidas por PINs (Personal Identification Number);
2.12	Permitir a inicialização e reinicialização do <i>token</i> mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key);
2.13	Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;
2.14	<p>O software de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento do dispositivo; • Exportação de certificados armazenados no dispositivo; • Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; • Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; • Visualização de certificados armazenados no dispositivo; • Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; • Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.
2.15	<p>Garantia mínima de 1 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos <i>tokens</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caso o <i>token</i> necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo <i>token</i> deverá ser fornecido, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo órgão do Judiciário.
2.16	O token deve ser novo (de primeiro uso).

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES NA DISPUTA SOBRE O VALOR TOTAL
UNIDADE	50	R\$ 120,50	R\$ 6.025,00	R\$ 5,00

2. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO IV - DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS

1. A análise técnica das propostas, **quando necessária**, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo dos produtos ofertados.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DAS GARANTIAS

1. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

1.1. Para o item 01, os *vouchers* poderão ser enviados por e-mail ou mediante *download* no sistema da empresa certificadora.

1.2. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

1.3. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA será de:

2.1. **item 01 - até 15 (quinze) dias**, contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da nota de empenho.

2.2. **item 02 - até 30 (trinta) dias** contados do dia útil subsequente à mensagem eletrônica responsável pelo encaminhamento da nota de empenho.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega/emissão dos certificados, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega/instalação.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O recebimento provisório e definitivo dos materiais:

6.1 O recebimento provisório ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS.

6.2 O recebimento definitivo ficará a cargo da Assessoria de Governança de Tecnologia da Informação do TRE-MS.

7. O recebimento provisório dos materiais será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos materiais/prestação dos serviços, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material/serviço entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

14. O prazo da garantia mínima dos materiais está estabelecido no Capítulo III deste Termo de Referência, contados após o recebimento definitivo dos materiais.

15. A contratada na ocasião do recebimento definitivo, deverá apresentar documento de garantia do fabricante do material, onde ateste o prazo de garantia, contra quaisquer defeitos de fabricação.

CAPÍTULO VI - DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento dos materiais e prestação dos serviços ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação indicada nos estudos preliminares desta contratação e designada para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e entrega dos materiais pela empresa contratada;

b) verificar a conformidade do fornecimento e atestar o recebimento definitivo;

c) manter registro das ocorrências relacionadas ao fornecimento, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

d) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela(s) empresa(s), só assim produzindo seus efeitos;

e) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/instalação e/ou aplicação de penalidades previstas;

f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
 - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
 - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas do Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento de material/prestação de serviço, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por falha ou defeito no fornecimento dos materiais/prestação de

serviço não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso não queira receber nota de empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega dos produtos esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de demais cláusulas do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;

f) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento

g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Termo de Referência, levar o TRE/MS ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não mantiver a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar e

contratar com a União, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

5.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 6.

CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços e o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII - DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

1. Motivação para a contratação:

O TRE-MS possui aplicações que necessitam o uso de certificado digital e vários venceram nos meses de junho e julho/2020. Foi possível a renovação de alguns, mas da maioria não foi possível. Esses que não foram renovados, não tinham urgência na utilização dos certificados digitais porque utilizam esporadicamente. A depender da estratégia, haverá necessidade de uso de certificado digital pelos servidores dos Cartórios Eleitorais. A necessidade é o acesso as aplicações que necessitam de certificado digital.

2. Objetivos a serem alcançados:

- Atender aos usuários de TI do TRE-MS que necessitem de certificados digitais com validade de 36 meses e, eventualmente, token.

3. Benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação:

3.1. Realizar acesso e assinatura digital para os servidores do TRE-MS que necessitam.

4. Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico:

- Objetivos PEI - Melhoria da infraestrutura e governança de TIC;
- Objetivo PETI - Segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos

5. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0005413-13.2020.6.12.8000.

6. A demanda prevista é a mesma que será contratada, através de aquisição imediata, cujo quantitativo encontra-se definido nos Capítulos III deste Termo de Referência.

7. A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, conforme relatado a seguir:

O valor do certificado digital + nuvem sai mais em conta em relação ao certificado digital + token, mas precisaríamos comprar 150 a mais sem necessidade porque já possuímos token e a quantidade de token a ser adquirida é apenas para reserva. Sendo assim, a melhor opção é a compra do certificado digital + token, no valor total de R\$61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos Reais).

8. O objeto enquadra-se como aquisição de materiais de consumo e serviços.

9. O objeto foi separado em dois itens. Não haverá cotas exclusivas para ME/EPP, pelos motivos constantes na cláusula 2 do Capítulo III.

10. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de materiais e serviços comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO.

11. Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental.

12. O objeto deve estar em conformidade técnica e legal conforme descrito no Capítulo III deste Termo de Referência.

13. As obrigações contratuais estão descritas nos Capítulos V a XI deste Termo de Referência

14. As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo III deste Termo de Referência.

14.1. Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada.

14.2. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

15. Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição de materiais, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 08/10/2020, às 07:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0908892** e o código CRC **A98A2386**.